

CONGRESSO

Benevides planeja evitar mudanças no orçamento

Prazo para votação não será prorrogado para impedir alterações

José Varella/AE

BRASÍLIA — O presidente do Congresso, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), anunciou ontem que, no final do ano, quando o orçamento de 1993 estiver sendo examinado pela Câmara e pelo Senado, não vai mais prorrogar o prazo de votação da lei orçamentária, como é praxe. Com isso, ele pretende evitar que o orçamento sofra na última hora modificações irregulares como as 65 emendas que o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) descobriu e divulgou no início da semana — entre elas, um lote de autoria do ministro da Ação Social, Ricardo Fiúza, que foi relator da Comissão Mista que examinou o orçamento deste ano e as emendas que a lei sofreu.

Para apurar a denúncia de irregularidades na elaboração do Orçamento, Benevides ainda não pôde fazer muito, até porque nem tem autorização: o PMDB e o PFL ainda não indicaram seus representantes na Comissão Parlamentar de Inquérito que deve apurar as suspeitas de fraude. O início das atividades dessa CPI tem sido adiado desde dezembro. Benevides também se queixa da falta de colaboração do próprio Suplicy, que mantém sob sigilo 20 das 65 emendas que teriam sido introduzidas de forma irregular no orçamento de 1992, após sua aprovação em plenário.

Fiúza continua se recusando a falar sobre o assunto. Segundo Suplicy, o ministro, como relator do projeto de orçamento na Comissão Mista que o examinou, teria comandado todo o trabalho de alteração do projeto. Um assessor direto do ministro explicou que Fiúza só pretende se manifestar sobre o caso depois que receber a cópia das 65 emendas. O deputado Messias Gois (PFL-SE), atual presidente da Comissão de Orçamento, confirmou a versão do deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), de que houve um acordo entre as lideranças partidárias para que o projeto fosse alterado pelo relator apesar de já ter sido aprovado pelo plenário.

Culpa — Gois lembrou que muitos deputados se sentiram prejudicados por não terem nenhuma emenda contemplada pelo orçamento aprovado dentro da Comissão Mista de Orçamento, onde o projeto



Apuração lenta

Fiúza: comissão que vai apurar modificações feitas pelo ministro ainda não começou seus trabalhos

original do governo pode sofrer acréscimos e supressões antes de ser votado pelo plenário. A comissão também faz um exame prévio das emendas e pode barrar muitas antes que cheguem ao plenário. "Como o ano legislativo estava acabando demos um jeito de incluir algumas emendas de parlamentares de todos os partidos", explicou Gois. Os deputados José Carlos Vasconcellos (PRN-PE) e Gastone Righi (PTB-SP), também confirmaram o acordo.

Para Gois, que foi relator-adjunto de Fiúza na Comissão Mista, a culpa pelos erros contidos no projeto do orçamento não é da comissão ou de qualquer parlamentar individualmente. "A culpa é do Congresso, que não dá à Comissão Mista condições de trabalho adequadas para o exame de uma lei da importância do orçamento", destaca. A comissão tem apenas seis funcionários,

nenhum deles especialista em orçamento, e um computador. Já houve concurso para preenchimento dos cargos técnicos, mas até agora os 20 especialistas aprovados não foram chamados para assumir seus postos, segundo o deputado.

No ano passado, Gois trabalhou no Centro de Processamento de Dados do Senado (Prodasen) até 22 de dezembro — é de lá que sai o projeto final de orçamento, reunindo as emendas aprovadas pela comissão. Ele afirmou que, assim como ele, "todos os parlamentares tinham acesso ao orçamento". Gois disse que mostrará cópias de todas as emendas que foram acrescentadas ao projeto se conseguir a concordância das lideranças dos partidos. O deputado acusou Suplicy de "estar buscando apoio na mídia para ajudar sua campanha a prefeito de São Paulo". "Vou provar que Fiúza agiu certo", garantiu.